

Documento informativo



2017

Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Gracias por tu interés en esta publicación de la CEPAL



Si deseas recibir información oportuna sobre nuestros productos editoriales y actividades, te invitamos a registrarte. Podrás definir tus áreas de interés y acceder a nuestros productos en otros formatos.



NACIONES UNIDAS



www.cepal.org/es/suscripciones

Documento informativo



2017

Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Alicia Bárcena
Secretária Executiva

Mario Cimoli
Secretário Executivo Adjunto Interino

Daniel Titelman
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Publicações e Serviços Web

O *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração desta edição 2017 foi chefiada por Daniel Titelman, Diretor da Divisão, e a coordenação geral esteve a cargo de Jürgen Weller, Encarregado Superior de Assuntos Econômicos da mesma Divisão.

Para a preparação deste documento, a Divisão de Desenvolvimento Econômico contou com a colaboração da Divisão de Estatísticas, das sedes sub-regionais da CEPAL no México e em Port of Spain e dos escritórios nacionais da Comissão em Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Montevideu e Washington, D.C.

O relatório regional foi elaborado com insumos preparados pelos seguintes especialistas: Alejandra Acevedo, Claudio Aravena, Pablo Carvallo, Claudia de Camino, Ivonne González, Michael Hanni, Juan Pablo Jiménez, Esteban Pérez, Ramón Pineda, Ignacio Ruelas, José Antonio Sánchez, Cecilia Vera e Jürgen Weller. Sonia Albornoz, Cristóbal Budnevich, Rodrigo Contreras, Luis Rodrigo Díaz e Luis Méndez colaboraram como assistentes de pesquisa e na preparação das informações estatísticas e apresentação gráfica.

As notas sobre os países baseiam-se nos estudos realizados pelos seguintes especialistas: Olga Lucía Acosta, Dillon Alleyne, Anahí Amar, Martín Brum, Martín Cherkasky, Marcos Chiliatto, Cameron Daneshvar, Claudia de Camino, Randolph Gilbert, Sonia Gontero, Enrique González, Michael Hendrickson, Álvaro Lalanne, Jesús López, Ricardo Mayer, Sheldon McLean, Rodolfo Minzer, Yaddi Miranda, Carlos Mussi, Ramón Padilla, Machel Pantin, Esteban Pérez, Juan Carlos Ramírez, Juan Carlos Rivas, Indira Romero, José Antonio Sánchez, Jesús Santamaría, Nyasha Skerrette e Francisco Villarreal. Michael Hanni e Albert Klein revisaram as notas sobre os países do Caribe. Georgina Cipoletta colaborou na revisão das notas sobre os países da América Latina.

As notas sobre os países se encontram no seguinte link: www.cepal.org.

A data-limite de atualização das informações apresentadas nesta publicação foi 30 de novembro de 2017.

Notas explicativas

- Os três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.
- O travessão (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.
- A vírgula (,) é usada para separar os decimais.
- A palavra "dólares" se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.
- A barra (/) colocada entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2013/2014) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.
- Já que às vezes as cifras são arredondadas, os dados parciais e as percentagens apresentados nos quadros nem sempre somam o total correspondente.



Resumo executivo

- A. O contexto internacional
- B. O setor externo
- C. A atividade econômica
- D. Emprego e salários
- E. As políticas macroeconômicas
 - 1. A política fiscal
 - 2. As políticas monetária e cambial e os preços
- F. Perspectivas e desafios para 2018

A. O contexto internacional

Em 2017, a América Latina e o Caribe enfrentaram um contexto externo mais favorável no âmbito real e financeiro.

No âmbito real, a economia mundial crescerá a uma taxa de 2,9%, cifra superior aos 2,4% alcançados em 2016. A melhora no crescimento foi quase generalizada e beneficiou tanto as economias desenvolvidas como as emergentes, que mostraram uma aceleração no ritmo de crescimento durante o ano. A taxa estimada de crescimento para as primeiras em 2017 é de 2,1% (frente a 1,6% em 2016), enquanto a taxa estimada para as segundas é de 4,5% (frente a 4,0% em 2016). Prevê-se que este contexto de maior crescimento se mantenha em 2018.

As projeções para 2018 situam o crescimento da economia mundial em torno de 3%, com um maior dinamismo das economias emergentes. As economias desenvolvidas manterão um crescimento em torno de 2%, enquanto as economias emergentes mostrarão um aumento na taxa de crescimento, que chegaria a 4,8%. Espera-se que os Estados Unidos mantenham a aceleração econômica em 2018, a uma taxa estimada de 2,4%, enquanto a zona do euro registraria taxas semelhantes às de 2017. A China diminuiria seu crescimento em 0,3 décimo, com o que alcançaria 6,5%, enquanto a Índia crescerá 7,2% em 2018, em comparação com 6,7% em 2017.

Um dos aspectos mais fracos do contexto externo é a baixa taxa de crescimento do volume de comércio mundial, que, embora mostre em 2017 um crescimento maior do que em 2016, continua abaixo das médias históricas. Para este ano, prevê-se uma taxa de crescimento em torno de 3,6% (mais do dobro da taxa de 1,4% registrada em 2016) e em 2018 deve manter-se nesse nível. Entre os fatores que explicam este maior dinamismo do comércio, podemos identificar o aumento da demanda agregada mundial, em particular um maior dinamismo do investimento global, que é intensivo em importações.

A dinâmica dos preços das matérias-primas —um fator muito relevante para as economias da América Latina e do Caribe— mostra um comportamento positivo. Após cair 4% em 2016, espera-se que em 2017 os preços das matérias-primas sejam, em média, 13% mais altos. Os maiores aumentos ocorrem nos produtos energéticos (justamente os que em 2016 evidenciaram as quedas mais pronunciadas) e nos metais e minerais. Por outro lado, os produtos agropecuários registrarão um aumento leve. Se não houver conflitos de caráter geopolítico, prevê-se que em 2018 os preços dos produtos básicos permanecerão, em média, em níveis semelhantes aos deste ano. Se isto ocorrer, os preços em 2018 seriam, de qualquer maneira, mais favoráveis do que os vigentes no biênio 2015-2016 (7% e 12% mais altos, respectivamente).

Na esfera financeira, a América Latina e o Caribe se beneficiam de baixas taxas de juros internacionais, de uma menor volatilidade financeira e de uma queda na percepção de risco.

Em conformidade com as condições financeiras internacionais mais benignas e com as mudanças no “apetite por risco”, as entradas de capital para os mercados acionários e de títulos nos países emergentes —incluindo a América Latina e o Caribe— se recuperaram ao longo do ano, embora permaneçam muito abaixo dos níveis observados entre 2010 e 2013. Isto se refletiu nos preços de ativos financeiros, em particular nos preços nos mercados acionários, que em geral evidenciaram tendência ao aumento durante todo o ano.

B. O setor externo

Embora o maior crescimento econômico observado em 2017 na América Latina e no Caribe tenha implicado uma elevação no nível de importações, com uma taxa de crescimento em torno de 8% em relação a 2016, este aumento das importações foi compensado com folga pelas exportações, que cresceram pela primeira vez, após quatro anos de quedas, a uma taxa de cerca de 11%. Por trás do comportamento das exportações encontram-se os melhores preços das matérias-primas e uma recuperação não só da atividade e do volume do comércio mundial, mas também do comércio intrarregional.

A recuperação observada nos preços dos principais produtos de exportação da região durante 2017 permitirá um aumento médio nos termos de troca da região de cerca de 3%, em comparação com as cifras de 2016. Cabe destacar que este crescimento é o primeiro após cinco anos de quedas. Os países exportadores de hidrocarbonetos serão os mais favorecidos este ano, com um aumento de 12% nos termos de troca. Os países exportadores de produtos minerais também foram beneficiados com melhores preços, o que se traduzirá num aumento de 6% nos termos de troca. Por outro lado, os preços dos bens agropecuários tiveram uma evolução menos favorável, motivo pelo qual os países exportadores desses produtos registrarão uma queda de 1% este ano, ao ter enfrentado maiores preços da energia e outros bens intermediários.

No âmbito regional, todos os países verão crescer suas exportações, destacando-se o caso do Brasil, que em 2017 registrará um aumento de 17%. Em termos de produtos, cabe mencionar que nos primeiros nove meses as exportações de ferro e derivados do petróleo tiveram aumentos notáveis de 62% e 100%, respectivamente. Esses aumentos são explicados, sobretudo, pelos aumentos nos preços. As exportações de soja também registraram um crescimento significativo (20%) devido à melhoria das colheitas, bem como os produtos manufaturados, como automóveis e veículos de carga. Por sua vez, as economias que concentram suas exportações em minerais e hidrocarbonetos experimentarão aumentos consideráveis em suas vendas ao exterior durante 2017 (15% e 12%, respectivamente).

O melhoramento na balança comercial de 2017, unido às entradas de remessas de migrantes, se traduzirá em melhoria no saldo em conta corrente da região, que se estima em um déficit de 1,6% do PIB em 2017 (inferior ao déficit de 1,9% estimado para 2016).

Os fluxos financeiros líquidos para a região em 2017 devem ser cerca de 4% inferiores aos observados em 2016, mas serão mais que suficientes para cobrir o déficit da conta corrente em 2017 e inclusive acumular reservas internacionais em torno de 28 bilhões de dólares, o que implica um aumento de 3,2% no volume de reservas entre 2016 e 2017.

Dentre os componentes da conta financeira, com dados para o primeiro semestre, observa-se na região certa estabilidade no investimento estrangeiro direto (IED) líquido, devido a um considerável aumento dos fluxos de IED no Brasil (aumento interanual de 23% no acumulado até o terceiro trimestre), combinado com uma queda no conjunto dos outros países. Os fluxos distintos do IED (basicamente, fluxos de carteira e outros investimentos) apresentam uma tendência decrescente no total regional.

C. A atividade econômica

O maior dinamismo observado em 2017 reflete uma melhoria da demanda interna, bem como um crescimento das exportações. A demanda interna registrou um aumento médio de 1,5% nos primeiros três trimestres de 2017. Isso é explicado por aumentos de 2,3% no investimento e de 1,7% no consumo privado e, em menor medida, por um aumento de 0,1% no consumo público. Também aumentou a taxa de crescimento das exportações.

D. Emprego e salários

Apesar da lenta recuperação econômica em 2017, estima-se que, em média, a taxa de desemprego urbano da América Latina e do Caribe aumentará de 8,9% em 2016 para 9,4% em 2017. Com isso, acumula-se um aumento no desemprego de 2,5 pontos percentuais desde 2014 e um aumento do número de desempregados nas zonas urbanas da região de 7 milhões de pessoas (de 15,8 milhões de pessoas para 22,8 milhões de pessoas) entre 2014 e 2017. O maior desemprego urbano reflete, por um lado, a queda da taxa de ocupação e, por outro, o aumento no número de pessoas que buscam trabalho (taxa de participação).

No contexto de baixa expansão geral do emprego, destaca-se especialmente a debilidade da criação de empregos assalariados, cuja proporção no emprego total caiu. Tendo em vista que este tipo de emprego geralmente se caracteriza por ter melhores indicadores de qualidade do que outras categorias de ocupação, a qualidade média do emprego na região voltou a deteriorar-se.

A evolução dos salários reais do emprego formal foi positiva, em torno de uma mediana de 2%. Este aumento reflete o efeito positivo de uma trajetória inflacionária descendente sobre um moderado aumento dos salários nominais. Além disso, em muitos países as melhorias salariais também receberam o impacto positivo de uma política de salário mínimo orientada a melhorar a situação dos trabalhadores de menor renda.

E. As políticas macroeconômicas

1. A política fiscal

A consolidação fiscal continua sendo a pauta principal que marcou a evolução da política fiscal na região em 2017. Como reflexo disso, prevê-se que para a média da região o déficit primário diminua de -1,0% do PIB em 2016 para -0,8% do PIB em 2017, o que é explicado principalmente por uma desaceleração do gasto público primário. Contudo, um aumento no serviço da dívida pública faz com que o resultado global se mantenha constante em -3,1% do PIB, sem refletir a melhoria do resultado primário. O ajuste do déficit primário se traduz em redução na contribuição do consumo do governo geral ao crescimento do PIB, que é quase nulo em 2017.

No contexto regional convivem diferentes situações fiscais. Por um lado, na América Central, Haiti, República Dominicana e México, o resultado primário quase está alcançando o equilíbrio, com uma média de -0,2% do PIB em 2017 pelo segundo ano consecutivo. Uma elevação nos pagamentos de juros (de 2,0% do PIB em 2016

para 2,2% do PIB em 2017) provocou um aumento do déficit global, que nesses países passou de -2,1% do PIB em 2016 para -2,4% do PIB em 2017.

Na América do Sul, o déficit primário médio diminuiu pela primeira vez em cinco anos —de -1,9% do PIB em 2016 para -1,5% do PIB em 2017—, embora se mantenha elevado. O impacto da redução do déficit primário sobre o resultado global, que passou de -4,2% do PIB em 2016 para -3,9% do PIB em 2017, foi atenuado por um aumento no serviço da dívida pública (de 2,3% do PIB em 2016 para 2,4% do PIB em 2017).

No Caribe o superávit primário médio foi calculado em 1,2% do PIB em 2017 pelo segundo ano consecutivo. O déficit fiscal registrou um leve aumento —de -2,2% do PIB para -2,3% do PIB— devido à elevação nos pagamentos de juros. É importante destacar que a necessidade de gerar superávits primários elevados com o fim de atender o alto nível de dívida pública continua limitando o papel da política fiscal para impulsionar o crescimento nessa sub-região.

No terceiro trimestre de 2017, a dívida pública bruta da América Latina alcançou 38,4% do PIB, cifra semelhante à do fim de 2016. Embora em média simples a dívida pública quase não tenha variado, aumentou o número de países com nível de endividamento mais alto, o que foi compensado por uma queda em 7 dos 19 países da região. O Brasil continua sendo o país com maior nível de dívida pública (73,9% do PIB), seguido pela Argentina (53,7% do PIB) e Honduras (47,8% do PIB). O Paraguai registra o nível de endividamento público mais baixo da região (20,8% do PIB), seguido do Peru (21,2% do PIB) e Guatemala (23,5% do PIB).

No Caribe, a dívida pública do governo central no terceiro trimestre de 2017 alcançou 71,6% do PIB, o que supõe uma diminuição de 0,8 ponto percentual do PIB em relação a 2016. Em geral, observa-se uma tendência à queda nas taxas de dívida pública e somente 5 dos 13 países incluídos aumentaram seu nível de endividamento. Os países que ainda superam 100% do PIB são Barbados e Jamaica, que em 2017 alcançaram cifras equivalentes a 102,7% e 109,5% do PIB, respectivamente. Não obstante, ambos os países mostram grandes diminuições no nível de endividamento, assim como Antígua e Barbuda e Saint Kitts e Nevis.

2. As políticas monetária e cambial e os preços

Durante os primeiros dez meses de 2017, a inflação média na América Latina e no Caribe manteve a trajetória descendente iniciada em meados de 2016, passando de 8,2% em outubro de 2016 para 5,3% em outubro de 2017. Um elemento a ser sublinhado é que os níveis atuais da inflação regional são os mais baixos desde fins de 2013. Também se destaca a veloz redução que a inflação registrou desde meados de 2016. De fato, entre maio de 2016, data em que a inflação regional alcançou um máximo (8,9%), e outubro de 2017, a inflação regional diminuiu 390 pontos básicos, o que supõe uma queda de 40%, ou pouco mais de 20 pontos básicos mensais. Apesar dessa tendência descendente da inflação, desde julho de 2017 a inflação regional registra um leve aumento, pondo fim a 13 meses consecutivos de redução.

Em 2017 acentuou-se a diferença na dinâmica inflacionária das sub-regiões que integram a América Latina e o Caribe. Entre outubro de 2016 e outubro de 2017, na América do Sul a inflação passou de 10,6% em 2016 para 4,9% em 2017, enquanto no Caribe baixou de 7,2% em 2016 para 3,7% em 2017. Na sub-região integrada pelas economias da América Central e México, aumentou 2,6 pontos percentuais (passou de 3,4% em 2016 para 6% em 2017). Diversos fatores contribuíram para as diferenças sub-regionais, mas a dinâmica da taxa de câmbio e as políticas monetárias anti-inflacionárias sem dúvida são as mais importantes.

A inflação continua marcando o espaço de que dispõem as autoridades monetárias para estimular a demanda agregada interna. Na América do Sul e no Caribe de língua não espanhola, a queda da inflação permitiu a adoção de uma política monetária mais expansiva, enquanto na América Central e México os esforços da política monetária se orientaram a reduzir os aumentos do nível geral de preços.

As economias da América do Sul que empregam a taxa de política monetária como principal instrumento de política monetária registraram tendência à baixa em 2017, com reduções no Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. Nas economias da América Central e México, a dinâmica é mais heterogênea. Na Costa Rica e no México as autoridades monetárias decidiram aumentar as taxas de referência, enquanto na Guatemala e Honduras as taxas foram mantidas.

Nas economias da região que empregam os agregados como principal instrumento de política monetária registrou-se uma desaceleração do ritmo de crescimento da base monetária. A taxa de crescimento da base monetária da América Latina registrou uma média de 8,5% desde o quarto trimestre de 2016, o que equivale a uma redução de 7 pontos percentuais em relação à média registrada entre o primeiro trimestre de 2015 e o terceiro trimestre de 2016. Nas economias do Caribe de língua não espanhola a situação é semelhante e o crescimento da base monetária nos dois primeiros trimestres do ano foi, em média, 4 pontos percentuais menor que em 2016.

Em 2017 registrou-se uma ligeira elevação na taxa de crescimento do crédito concedido ao setor privado expressado em termos reais nas economias da América Latina. Nas economias do Caribe de língua não espanhola continua a contração do crédito interno e a informação obtida sobre o segundo trimestre de 2017 indica uma queda anualizada de 3,2%.

No âmbito cambial, na maioria dos países da região as flutuações da taxa de câmbio foram mais moderadas em 2017 do que em 2016. Além disso, durante este ano, a taxa de câmbio real efetiva extrarregional experimentou uma valorização real de 0,3% nas economias da América Latina e do Caribe como grupo, que contrasta com a desvalorização registrada em 2016. Esta dinâmica regional da taxa de câmbio real efetiva extrarregional se escorou na valorização experimentada pelas moedas da América do Sul, que, embora menor do que a observada em 2016, compensou a desvalorização real registrada nas economias da América Central, México e Caribe de língua não espanhola.

F. Perspectivas e desafios para 2018

O desempenho da região em 2018 se desenvolverá num contexto que continuará favorável tanto no âmbito real como monetário. Para 2018 prevê-se que a economia mundial se expanda a taxas semelhantes às de 2017 e que se registre um maior dinamismo nas economias emergentes em relação às desenvolvidas. No plano monetário, continuará a situação de melhoria na liquidez e baixas taxas de juros internacionais. Isto representa uma grande oportunidade para que a América Latina e o Caribe possam ampliar seu espaço de política econômica a fim de manter o ciclo expansivo.

Não obstante, o contexto internacional não está isento de riscos que implicam desafios para a consolidação do crescimento global no médio prazo.

No âmbito financeiro, apresentam-se incertezas originadas, por um lado, na normalização das condições monetárias devido à reversão das políticas de expansão quantitativa implementadas, ou anunciadas, pela Reserva Federal dos Estados Unidos, pelo Banco Central Europeu e pelo Banco do Japão.

Aos riscos próprios da dinâmica financeira devemos acrescentar outros que emanam da política interna dos países desenvolvidos, como a tendência a uma maior desregulamentação financeira, em particular o atual processo de revisão da Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e proteção ao consumidor para a regulamentação no mercado dos EUA, que poderia gerar maiores vulnerabilidades no sistema financeiro a médio prazo. Também cabe destacar a proposta de reforma tributária nos Estados Unidos, que poderia significar uma redução da carga fiscal sobre as empresas e impulsionaria o aumento de fluxos de capitais para esse país.

Por último, devemos assinalar os riscos geopolíticos, entre os quais se incluem os derivados do maior protecionismo que se observa em alguns países, do maior nacionalismo, como se reflete no crescente apoio a partidos antiglobalização em alguns países da Europa, e da votação a favor do *brexit* no Reino Unido no ano passado. A retórica dos Estados Unidos nas últimas rodadas de negociações do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) faz supor que o término deste tratado comercial é uma possibilidade menos remota e se somaria à retirada já efetuada do Acordo de Associação Transpacífico (TPP).

Junto com os estímulos provenientes do maior dinamismo da demanda externa da região, a demanda interna desempenhará um papel importante na aceleração do crescimento, embora com diferenças entre componentes. Em particular, destaca-se a maior contribuição do investimento, devido ao aumento da formação bruta de capital fixo. O consumo privado continua sendo um motor da demanda interna, embora se espere que sua contribuição ao crescimento diminua devido ao lento aumento da renda disponível, o que reflete a estagnação na evolução dos termos de troca e um menor dinamismo das remessas. Contudo, um aumento na massa salarial —que reflete o crescimento da atividade econômica— poderia servir para suavizar estas tendências sobre o consumo. É importante destacar também que a consolidação fiscal deverá continuar durante 2018, motivo pelo qual é pouco provável que a política fiscal contribua significativamente ao crescimento do produto.

Estima-se que em 2018 a taxa de crescimento do PIB da América Latina e do Caribe será de 2,2%, superior à registrada em 2017 (1,3%). O resultado regional em 2018 é explicado, em parte, pelo maior dinamismo do crescimento econômico do Brasil (2,0%). Além disso, em vários países que vinham crescendo a taxas moderadas haverá aceleração da atividade econômica: Chile (2,8%), Colômbia (2,6%) e Peru (3,5%). Entre os países latino-americanos, o Panamá será a economia com a maior taxa de expansão (5,5%), seguida da República Dominicana (5,1%) e Nicarágua (5,0%). Com exceção de Cuba (1,0%), Equador (1,3%) e República Bolivariana da Venezuela (-4%), as economias da América Latina crescerão entre 2% e 4%.

Por sub-região, para 2018 espera-se um maior dinamismo nas economias da América do Sul, que cresceriam 2,0% (em comparação com 0,9% em 2017). Para as economias do grupo formado pela América Central, Cuba, Haiti e República Dominicana prevê-se uma taxa de crescimento de 3,6%, em comparação com 3,3% em 2017. Para o Caribe de língua inglesa ou holandesa estima-se um crescimento médio de 1,5% em 2018, para o qual contribuiriam os gastos em reconstrução para reparar os danos causados pelos furacões Irma e Maria em alguns países da sub-região.

www.cepal.org



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)
www.cepal.org